



Modalidades de transição à vida adulta entre os jovens no Nordeste na passagem do século XX para o XXI

Antonia Jaine da Silva Pereira*
Silvana Nunes de Queiroz**

A literatura sobre juventude tem identificado uma diversificação nos modos de ser jovem e de realizar a transição para a vida adulta. No Brasil, as desigualdades estruturais desempenham um papel importante nesse processo. Este artigo analisa as mudanças nesse processo entre 1991 e 2010 no Nordeste, um território que permanece registrando maiores vulnerabilidades em relação às demais regiões do Brasil, em termos econômicos, educacionais e de inserção no mercado de trabalho. Avaliam-se o adiamento, o prolongamento e a diversificação de modalidades de transição, bem como as possíveis relações com desigualdades associadas a sexo, raça/cor, situação de domicílio e nível de renda. Utiliza-se a análise de entropia de cortes sintéticas, aplicada aos microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2010. Os resultados mostraram que o incremento do tempo dedicado à escola torna as transições mais homogêneas nas idades iniciais, ao passo que nas idades jovens adultas se verifica a tendência de diversificação nos modos de inserção social. Essa despadroneização afeta a duração do processo, mas com diferenciais em função da condição socioeconômica. Ademais, destacou-se a contribuição do *status* ocupacional para a heterogeneidade crescente, ressaltando o elemento da incerteza na construção biográfica dos jovens na região.

Palavras-chave: Transição à vida adulta. Desigualdades. Trabalho. Educação. Nordeste.

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, Brasil (jainerodrigues22@yahoo.com; <https://orcid.org/0000-0002-1295-6611>).

** Universidade Regional do Cariri (Urca), Crato-CE; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, Brasil (silvana.queiroz@urca.br; <https://orcid.org/0000-0001-7295-3212>).

Introdução

A transição para a vida adulta é uma das maneiras de se visualizar e estudar as juventudes, a partir do campo da demografia. Consiste no processo ao longo do qual os jovens vão assumindo papéis sociais associados à maioridade. Estão inclusos nesse processo diversos eventos demográficos, como o encerramento dos estudos e entrada na população em idade ativa ou economicamente ativa, nupcialidade, parentalidade e o estabelecimento de um novo domicílio/família, assumindo a posição de responsável ou cônjuge (Bercovich, 2004; Vieira, 2009; Santos; Queiroz; Verona, 2021).

Transformações demográficas, sociais, econômicas, políticas e tecnológicas têm contribuído para diversificar as formas de inserção na estrutura social, impactando diretamente a transição para a vida adulta (Pais; Cairns; Pappámikail, 2005; Leccardi, 2005; Brückner; Mayer, 2005; Bercovich, 2004; Reguillo, 2013; Pozzer, 2014; Weisheimer, 2017). As novas dinâmicas e características nesse processo intensificam percepções e discussões sobre os significados e implicações de uma transição precoce, tardia ou até mesmo uma “não transição” (Camarano *et al.*, 2006; Camarano; Kanso; Mello, 2006; Vieira, 2009; Pozzer, 2014).

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar as mudanças na transição para a vida adulta no Nordeste entre 1991 e 2010, considerando aspectos como o adiamento, o prolongamento e a diversificação de trajetórias. Isto é, analisar se as transições têm ocorrido em idades mais elevadas, em um intervalo mais amplo de idades e/ou assumindo uma maior diversidade de combinações de *status*. Além disso, busca-se compreender as possíveis relações desses processos com desigualdades associadas a sexo, raça/cor, situação de domicílio e nível de renda, semelhante ao que se discute para outros contextos internacionais e nacionais. O método a ser utilizado é a análise de entropia de coortes sintéticas, aplicada aos microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2010.

O estudo se justifica pela necessidade e importância de compreender as transições juvenis em diferentes contextos sociais e econômicos, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais adequadas. No Brasil e na América Latina, estudos sobre as juventudes e sua transição para a vida adulta ainda são incipientes, e são contextos em que as transformações socioeconômicas se dão em meio a um histórico de desigualdades (Sposito, 2003; Marcial, 2013; Lerchundi, 2014; Mello, 2015; Oliveira *et al.*, 2016).

Desse modo, além de fornecer um panorama representativo para a compreensão da questão nesse contexto, a análise da região Nordeste responde à lacuna de estudos que explorem o tema a partir de uma abordagem demográfica na região, evidenciando a necessidade de análises mais aprofundadas sobre os padrões e transformações da transição para a vida adulta em um cenário de maiores desvantagens econômicas, educacionais e de inserção no mercado de trabalho.

Além dessa introdução, o artigo traz uma seção de revisão de literatura que apresenta brevemente as discussões sobre as transformações na transição para a vida adulta em outras partes do mundo e no Brasil. Em seguida, a seção metodológica informa com mais

detalhes os dados/variáveis e métodos a serem utilizados. Posteriormente, têm-se a análise e discussão dos resultados quanto à heterogeneidade de modalidades de transição à vida adulta e sua relação com distinções por sexo, raça/cor, situação de domicílio e rendimento.

Transformações na transição para a vida adulta

A transição para a vida adulta é o processo pelo qual os jovens assumem papéis sociais da maioridade (conclusão dos estudos, entrada no mercado de trabalho, saída da posição de dependente no domicílio, formação de união e nascimento do primeiro filho), tema que ainda é pouco explorado no Brasil e na América Latina (Sposito, 2003; Mello, 2015; Oliveira *et al.*, 2016; Santos; Queiroz; Verona, 2021).

O debate acerca das mudanças nesse processo se insere na discussão mais ampla sobre as transformações no curso da vida (Bercovich, 2004; Camarano; Mello, 2006; Vieira, 2009). Mas a juventude pode ser considerada o grupo mais impactado pela rápida e complexa modernização social, econômica e cultural, já que estas transformações se somam às mudanças pessoais inerentes a esse momento do curso de vida (Bercovich, 2004; Pais; Cairns; Pappámikail, 2005; Camarano; Mello, 2006; Welters, 2009).

Com a mudança quanto ao momento e à sequência de aquisição desses papéis, a transição pode sofrer alterações em sua duração e passar por diferentes combinações (Leccardi, 2005; Vieira, 2009). As situações intermediárias e a reversibilidade são aspectos que também fazem parte dessas transformações, contribuindo para a extensão do processo (Leccardi, 2005; Tavares, 2017).

Tendo em vista que tanto a duração da transição quanto as diferentes combinações podem ser explicadas pelas características sociodemográficas do indivíduo (Vieira, 2009), isso corrobora a necessidade de explorar as subjetividades que estão implícitas às identidades juvenis, e se estas possibilitam transições de maneira adequada (Oliveira, 2005; Marcial, 2013).

No caso dos jovens europeus, Pais, Cairns e Pappámikail (2005) explicam que houve uma reemergência do papel das famílias no apoio às transições juvenis em decorrência de algumas mudanças socioeconômicas que ocorrem desde as últimas décadas do século XX, e que os autores distinguem entre os níveis institucional/estrutural e societário. Essas mudanças incidiram sobre o mercado de trabalho e a assistência do Estado, bem como sobre as dinâmicas culturais e práticas sociais, implicando a complexidade das transições juvenis na contemporaneidade, o que é consensual (Pais; Cairns; Pappámikail, 2005).

Bonnie, Stroud e Breiner (2015) também abordam o efeito do contexto e das transformações sociais, além de características socioeconômicas individuais, na forma como os jovens adultos vivenciam esses papéis nos Estados Unidos. Nesse país, os jovens adultos têm levado mais tempo para assumir papéis tidos como de família (sair de casa, parceria romântica e parentalidade), que eram definidores da idade adulta no passado, bem como têm sequenciado essas transições de maneiras mais diversas. O mesmo ocorre com os

papéis socioeconômicos, em que a transição de estudante para trabalhador é central. A independência financeira é vista como um marcador de se tornar adulto, mas essa transição tem demorado mais para ocorrer e/ou tem se dado de maneira mais complexa, não necessariamente unidirecional (Bonnie; Stroud; Breiner, 2015).

Como tem ocorrido em muitas das sociedades industrializadas e em vias de industrialização, na América Latina e Caribe também se observam transformações sociais e políticas que modificam a condição juvenil (Pozzer, 2014; Santos; Queiroz; Verona, 2021). Contudo, a construção dessa condição na região soma o influxo da globalização ao contexto de desigualdade econômica historicamente complexo (Lerchundi, 2014). Com essas transformações, a integração social que envolvia uma passagem curta e estável entre instituições como a família, a escola e o mundo produtivo passa a se dar de maneira mais longa, complexa, diferenciada e incerta (Pozzer, 2014; Santos; Queiroz; Verona, 2021). Para jovens nesse contexto, se contrapõem maiores ofertas e menores acessos, e essa contraposição, segundo Reguillo (2013), caracteriza o mundo globalizado compartilhado pelos jovens, mas não faz deles um coletivo homogêneo ou categoria universal.

Associada à experiência globalizada está a ênfase no individualismo, isto é, na socialização desinstitucionalizada dos jovens, em que a “liberdade de escolha” é uma ética de vida que gera biografias de escolha (Pais; Cairns; Pappámikail, 2005; Leccardi, 2005). Essa ênfase pode levar a negligenciar o peso de estruturas econômicas, sociais e culturais sobre as trajetórias juvenis. E assim, a experiência globalizada permanece marcada por contrastes, pois o objetivo de atingir a individualidade se difunde e generaliza, mas as condições de realização desse projeto são desiguais (Pais; Cairns; Pappámikail, 2005; Reguillo, 2013; Sánchez; Jiménez; Barbosa, 2014; Marcon; Almeida Neto, 2021).

As mudanças quanto à transição para a vida adulta ocorridas em outras partes do mundo também podem ser identificadas no Brasil, sendo que as diferenças, principalmente em relação aos países mais desenvolvidos, devem-se às desigualdades que o país apresenta e que refletem nas possibilidades de trajetória (Madeira, 2006; Vieira, 2009; Lerchundi, 2014; Santos; Andrade; Macambira, 2016; Santos; Queiroz; Verona, 2021).

Somente uma pequena parcela populacional caracterizada por maiores níveis de rendimento e escolaridade segue o modelo de transição adiada das sociedades mais afluentes (Madeira, 2006). Assim, no Brasil, os modos de transição mesclam processos convencionais em sequências de eventos lineares com novas transições, nas quais a não linearidade e a reversibilidade caracterizam um processo mais longo e instável. Nas palavras de Camarano, Kanso e Mello (2006, p. 133), “os jovens continuam transitando para a vida adulta nos moldes tradicionais. No entanto, mudanças aconteceram e foram numerosas [...]. A ordem dos eventos foi alterada dado, entre outros fatores, o incremento do tempo passado na escola”.

Semelhante ao que é verificado para os jovens europeus (Pais; Cairns; Pappámikail, 2005) e nos Estados Unidos (Bonnie; Stroud; Breiner, 2015), duas ordens de fatores, de níveis macro e micro, podem explicar as mudanças que vêm sendo observadas no processo

de transição no Brasil (Camarano; Mello, 2006; Vieira, 2009). A primeira, de nível mais macro, é classificada por Camarano e Mello (2006) como de natureza pública, pois envolve os âmbitos da escola e do trabalho. Nela se contrapõem a maior escolarização dos jovens e as dificuldades crescentes de inserção no mercado de trabalho. Isso culmina no adiamento da formação de novas famílias e no aumento do tempo de dependência econômica em relação aos pais.

A segunda ordem de fatores estaria mais relacionada ao âmbito familiar, sendo de natureza privada (Camarano; Mello, 2006). Aqui, tem-se a desvinculação entre atividade sexual e união conjugal, e entre esta última e a parentalidade como características de uma flexibilização nos padrões de relacionamento afetivo e familiar (Camarano; Mello, 2006; Mello, 2015). Com as transformações circunscritas em ambas as ordens de fatores, flexibiliza-se a linearidade da sequência de eventos, o que despadroneia o processo de transição (Camarano; Mello, 2006; Vieira, 2009; Pozzer, 2014).

Vê-se que as mudanças em diferentes âmbitos, seja familiar ou institucional, têm sido observadas em diferentes partes do mundo, podendo reforçar processos de singularização biográfica e multiplicar as possibilidades de trajetória para os jovens, embora não necessariamente o acesso ou realização dessas possibilidades (Pais; Cairns; Pappámikail, 2005; Camarano; Mello, 2006; Vieira, 2009; Reguillo, 2013; Pozzer, 2014; Bonnie; Stroud; Breiner, 2015; Marcon; Almeida Neto, 2021).

A partir da revisão, viu-se que as desigualdades se mostram importantes para o estudo das juventudes, tanto entre regiões mundiais quanto internamente ao Brasil, reforçando a relevância de conhecer como se dá a transição para a vida adulta no Nordeste, região que ainda não foi diretamente estudada quanto ao tema. O artigo procura contribuir no entendimento de como a região se coloca no contexto de mudanças e novas características na transição para a vida adulta entre a última década do século XX e primeira década do século XXI, principalmente considerando que esse processo se complexifica quando as transformações socioeconômicas se dão em meio a desigualdades.

Metodologia

A principal fonte de informações são os microdados do Censo Demográfico de 1991 e 2010, cuja análise comparativa busca considerar a noção de mudanças na passagem do final do século XX para o início do XXI, que frequentemente aparece na literatura sobre juventude. Em comparação a outras fontes, como a PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), o Censo contém as informações necessárias para identificação de todos os eventos da transição para a vida adulta, desde as idades mais jovens, contudo não permite abranger o contexto mais recente, até que sejam disponibilizados os microdados do Censo Demográfico de 2022.

Baseando-se em outras referências (Sposito, 2003; Vieira, 2009; Santos; Queiroz; Verona, 2021), a análise considera cinco diferentes aspectos/*status*: educacional,

ocupacional, residencial, conjugal e parental. Assim, as variáveis utilizadas visam identificar a realização ou não dessas mudanças, ao diferenciar os que estavam ou não frequentando escola, trabalhando, em uma posição dependente no domicílio, vivendo (ou já tinham vivido) com cônjuge e, apenas para as mulheres, se haviam tido algum filho nascido vivo ou não.

É importante mencionar a diferença entre os quesitos censitários referentes ao *status* ocupacional em 1991 e 2010. Em 1991 tem-se um quesito único sobre o trabalho, habitual, eventual ou não trabalho, em todos ou em parte dos últimos 12 meses anteriores à data de referência da pesquisa. Já em 2010, existem quesitos específicos para diferentes situações de trabalho no intervalo de uma semana, que é de referência para a pesquisa. Em contrapartida, a documentação do Censo de 1991 informa que são consideradas, nessa única variável, praticamente as mesmas situações levantadas pelos diferentes quesitos de 2010. A configuração mais agregada do quesito, embora impossibilite a categorização de situações de trabalho diversas, ou da busca por trabalho que complementa a identificação dos economicamente ativos, como se vê em outras edições do Censo, permite distinguir entre trabalho e não trabalho.

Assim, serão considerados na condição de trabalhando aqueles que declararam trabalho habitual ou eventual em 1991, e os que responderam sim para todos os quesitos de trabalho em 2010. Procedendo-se dessa maneira, a distribuição percentual encontrada entre trabalho e não trabalho se mostra semelhante entre os dois Censos Demográficos. Observou-se que, entre a população de 10 a 44 anos, recorte etário deste trabalho, estavam trabalhando 44,33% em 1991 e 47,95% em 2010, também sendo indicativo da comparabilidade nesses termos.

Considerando as variáveis relativas às cinco diferentes mudanças de *status* do processo de transição, é definido, para cada *status*, um par de situações referentes a estar ou não estudando (educacional), estar ou não trabalhando (ocupacional), ter saído ou não da posição de dependente no domicílio (residencial), já ter estado ou não em alguma união (conjugal) e já ter tido ou não algum filho (parental). Dessa forma, as possíveis modalidades de transição compreendem 16 combinações para os homens (2 situações em cada um dos 4 *status*→ 24) e 32 para as mulheres (2 situações em cada um dos 5 *status*→ 25), pois apenas para elas se inclui a possibilidade de maternidade.

Essas combinações são investigadas quanto à sua heterogeneidade, a partir da metodologia de análise de entropia de cortes sintéticas proposta por Fussel (2005). O método permite quantificar em um índice a diversidade de combinações de *status* em diferentes idades, indicando se a transição para a vida adulta está mais padronizada ou individualizada ao longo do tempo. Também possibilita considerar o contexto socioeconômico e demográfico em que essas transições se processam e explorar a diversidade geográfica e cultural brasileira (Fussel, 2005; Vieira, 2008; 2009; Oliveira *et al.*, 2016). Diante dessas potencialidades, o método é aplicado a diferentes recortes juvenis, segundo características importantes no processo de transição (sexo, raça/cor, situação de domicílio e rendimento *per capita*), e com foco na região Nordeste.

Outra especificação é que o intervalo de idades recomendado deve ser mais amplo para considerar todas as possíveis transições, permitindo visualizá-las relativamente à estabilidade na infância e idade adulta plena (Fussel, 2005; Vieira, 2009). Assim, o intervalo etário adotado inclui outras quatro faixas etárias quinquenais, além daquelas usualmente consideradas (15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos), passando a abranger as idades de 10 a 44 anos. O recorte etário se aproxima de outras referências, como Fussel (2005) (6 a 45 anos) e Vieira (2009) (13 a 44 anos). A ampliação para além dos 29 anos também pode ser importante diante da tendência de extensão em alguns processos, como encerrar os estudos ou estabelecer o próprio domicílio, que passam a extrapolar os limites etários usualmente definidos para a juventude, configurando os “jovens adultos” (Sposito, 2003; Camarano; Kanso; Mello, 2006; Mello, 2015; Oliveira *et al.*, 2016).

A partir das frequências para cada uma das combinações, em cada idade simples desse intervalo, utiliza-se a seguinte fórmula para o cálculo do índice, a qual é baseada no índice geral de Henri Theil (Fussel, 2005; Vieira, 2009):

$$E_x = \sum_{s=1}^S p_s * \ln(1/p_s) \quad (1)$$

Onde:

E_x é o índice de entropia a ser obtido para cada idade x ;

S corresponde às diferentes combinações de *status*, que vão até 16 ou 32, dependendo do sexo;

p_s é proporção de indivíduos da idade x na combinação de *status* s .

O índice é apresentado como uma porcentagem, no intuito de facilitar a análise e compreensão. Para isso, passa a ser expresso como um valor entre 0% e 100% em relação à entropia máxima, cujo valor é determinado pelo número total de combinações, sendo 2,773 ($E_{\max} = 16 * (1/16) * \ln [1/ (1/16)]$) para os homens e 3,466 ($E_{\max} = 32 * (1/32) * \ln [1/ (1/32)]$) para as mulheres (Fussel, 2005; Vieira, 2009). Ou seja, a transformação é feita a partir da razão entre os índices inicialmente obtidos e esse valor máximo que se tem para o caso de cada sexo, posteriormente multiplicada por 100.

O próximo passo é a análise complementar destinada a sinalizar a importância de cada *status*/transição para a heterogeneidade verificada a cada idade (Fussel, 2005; Vieira, 2009). Isso é feito a partir da comparação entre a entropia observada inicialmente e uma outra, obtida com a exclusão de um dos *status*. No caso de igual importância entre todos os *status*, cada um contribui para o índice observado com 20%, para o sexo feminino (5 *status*), ou 25%, para o masculino (4 *status*), de modo que a exclusão de um *status* deveria fazer o índice variar segundo esses percentuais. Assim, deduz-se que variações acima destes percentuais indicam uma contribuição maior do *status* excluído para a heterogeneidade observada (Fussel, 2005; Vieira, 2009). A fórmula para a heterogeneidade predita (P), em termos percentuais, é a seguinte:

$$P = \left(\frac{Max E - Max E_r}{Max E} \right) * 100 \quad (2)$$

Onde:

$Max E$, conforme explicado anteriormente, corresponde a 2,773 e 3,466, para os sexos masculino e feminino, respectivamente;

$Max E_r$, seguindo a mesma lógica de cálculo, corresponderá aos respectivos valores de 2,079 e 2,773, estando reduzido em um *status*.

Já para a heterogeneidade observada (O), utiliza-se:

$$O = \left(\frac{Ex - Er}{Ex} \right) * 100 \quad (\quad 3 \quad)$$

Onde:

Ex é o índice de entropia inicialmente observado para cada idade x ;

Er é o índice que passa a ser observado, em cada idade x , com a redução de um *status*.

Esse exercício permite observar a contribuição de cada *status* na heterogeneidade de trajetórias de transição para a vida adulta, contribuindo para verificar como a importância relativa desses eventos tem mudado com o tempo.

Resultados e discussão

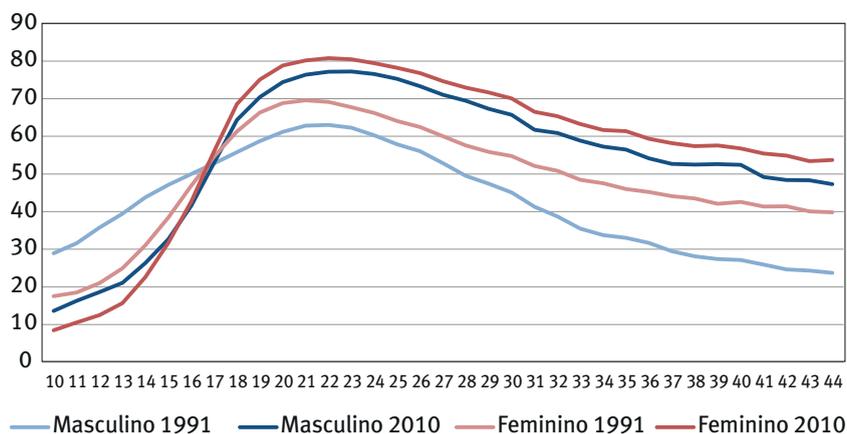
Heterogeneidade de modalidades de transição

Os cinco diferentes aspectos/*status* tendem a se combinar em modalidades de transição cada vez mais diversas. O índice de entropia pode mostrar o quão heterogêneos são os perfis resultantes dessas combinações em cada idade específica, ilustrando os momentos com mais transformações/transições. Na Figura 1 tem-se o índice para o caso dos jovens no Nordeste em 1991 e 2010, apresentado segundo o sexo em função da diferença no número de eventos.

Uma vez que a análise de entropia fornece informações detalhadas, com índices por idade e sexo, muitas observações podem ser feitas, por exemplo, acerca da flutuação no grau de heterogeneidade, do padrão que os índices constituem, além das diferenças entre momentos do tempo e subgrupos populacionais distintos (Fussel, 2005).

No caso do Nordeste, a flutuação nos índices aumentou entre 1991 e 2010, chegando a variar entre menos de 10% e mais de 80% da entropia máxima no caso feminino, indicativo da grande variabilidade de combinações de *status* que passa a ser vista nesse momento do curso de vida. O padrão geral, por sua vez, se assemelha ao visto em outros trabalhos (Fussel, 2005; Vieira, 2008; Vieira, 2009; Oliveira *et al.*, 2016), consistente com um perfil mais padronizado nas idades da infância e com maior concentração das mudanças de *status* entre a adolescência e início da juventude. A partir daí os índices passam a declinar com o acúmulo de marcadores adultos.

FIGURA 1
Índice (1) de heterogeneidade, por sexo, segundo idade
Nordeste – 1991-2010



Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2010.
(1) Índice em termos percentuais relativamente à entropia máxima (E_x/E_{max}).

Como primeira característica a ser considerada, o sexo introduz diferenciais importantes no processo de transição para a vida adulta em 1991, mas estes se mostram mais suavizados em 2010. A diferença entre as curvas por sexo em 1991 resulta dos maiores índices de heterogeneidade entre os jovens do sexo masculino nas primeiras idades, e entre as jovens a partir dos 17/18 anos. Isso significa que, especialmente em 1991, as transições se iniciavam mais cedo para os primeiros, gerando maior heterogeneidade de perfis ao deixarem os estudos e passarem a se engajar em trabalhos. Isso considerando os eventos que tendem a ocorrer primeiro (educacional e ocupacional).

Já para as mulheres, os eventos se dão de forma mais rápida e concentrada. O índice parte de valores mais baixos, portanto em modalidades de transição menos diversas, mas rapidamente alcança e se mantém em nível mais elevado relativamente ao sexo masculino, até o final do intervalo etário considerado. As mulheres, assim, registram máxima heterogeneidade – , isto é, distribuição entre perfis mais diversos – aos 21 anos, idade menor em relação aos 22 anos para o caso dos homens, denotando um tempo mais curto entre a idade de início das mudanças de *status* e o ápice do processo de transição.

Isso mostra que, em comparação aos homens, cuja transição é mais ligada à entrada no mercado de trabalho, as mulheres concentravam as mudanças dos marcadores socioeconômicos e especialmente familiares em idades relativamente mais jovens (Mello, 2015). Santos, Queiroz e Verona (2021) explicam que essa diferença entre os eventos catalisadores da transição pode resultar em transições menos institucionalizadas e, por isso, mais heterogêneas ou despadronizadas, no caso das mulheres, uma vez que os eventos de formação familiar se dão no âmbito da família. Já as transições masculinas resultam mais padronizadas por se darem no âmbito mais macro e institucionalizado entre a escola e

o mundo do trabalho, o que tem respaldo na visão de papéis sociais diferenciados entre os sexos (Sposito, 2005; Welters, 2009; Pozzer, 2014; Santos; Queiroz; Verona, 2021).

A responsabilidade feminina pelas tarefas domésticas, principalmente de jovens mães e casadas, é uma dificuldade importante, formando um perfil que tem persistido (Rocha *et al.*, 2020; IBGE, 2023). Meninas estudam mais, mas podem ter a educação interrompida por gravidez precoce ou sobrecarga com atividades domésticas ou de cuidado, o que dificulta seja a continuidade dos estudos, seja adentrar no mercado de trabalho ou mesmo deixar a casa dos pais. E, no mercado de trabalho, as ocupações marcadas por informalidade e principalmente baixa remuneração constituem desigualdades estruturais que também limitam a autonomia econômica (IBGE, 2023).

Ao mesmo tempo, também é possível trazer a possibilidade de uma heterogeneidade decorrente de incertezas devido a dificuldades de inserção no mercado de trabalho, inclusive por competir com outros eventos em um curto intervalo de idades, uma vez que as transições masculinas, mais centradas na mudança do *status* ocupacional, conseguem se estender ao longo das idades com heterogeneidade menor, especialmente em 1991.

Quanto às mudanças apontadas pela comparação com os índices para 2010, tem-se, como assinalado para outros contextos, um aumento significativo nos índices de heterogeneidade entre modalidades de transição. Isso ocorre na maior parte do intervalo de idades considerado, especialmente para os homens. A exceção são as idades iniciais, para as quais o perfil se fecha mais em torno da dedicação aos estudos, sem trabalho, sem união conjugal e filhos e sem domicílio autônomo, reforçando o papel do estudante dependente nessas idades.

Junto aos aspectos institucionais e iniciativas referentes à busca da universalização do acesso à educação, têm também os que tratam da erradicação do trabalho infantil, que, a partir de 1990, passaram a contribuir mais efetivamente para uma maior retenção no sistema escolar (Vieira, 2009), ajudando na explicação das mudanças observadas entre 1991 e 2010 nessas idades. O resultado segue a tendência no país, onde a frequência escolar também tem crescido até os 17 anos (IBGE, 2023).

A menor heterogeneidade em idades iniciais em 2010 ressalta ainda mais a diversidade registrada para as idades mais elevadas (a partir dos 17 anos), aumentando o contraste entre um momento de papel mais definido e outro de maior indefinição e complexidade, dado o maior número de modalidades de transição alternativas para uma mesma idade. Essa distinção também é indicativa de que as transições passam a se iniciar de forma mais marcada em torno dos 17 anos, coincidente com a idade associada ao cumprimento da educação básica. As transições mais marcadas em torno dessa idade trouxeram mudanças especialmente no caso dos homens, para os quais se tinha uma elevação gradativa do índice desde os 10 anos de idade em 1991, o que responde pela aproximação entre o formato das curvas que descrevem a transição para a vida adulta masculina e feminina em 2010.

Em síntese, de 1991 para 2010, verifica-se aumento da heterogeneidade entre os jovens no Nordeste quanto à transição para a vida adulta, associado a leve adiamento, tendo em vista o deslocamento do ápice das curvas em um ano (de 21 para 22 anos, na curva feminina, e de 22 para 23 anos, na masculina). No entanto, os indicativos de adiamento que os resultados trazem também permitem uma leitura positiva, uma vez que essa mudança é mais notável para os homens nas primeiras idades, e ilustram o adiamento do encerramento dos estudos e da busca por trabalho, tornando mais provável que completem a educação básica.

A ideia de prolongamento também pode ser vista nos resultados, principalmente para os homens, dado que os seus índices de heterogeneidade não somente se mostraram mais elevados em 2010, como também aumentaram mais nas últimas idades, indicando um ritmo mais lento até o estabelecimento de um novo perfil mais típico e próximo de uma situação com mais marcadores adultos. E a partir dos índices significativamente mais elevados, mesmo aos 44 anos, é possível mencionar também a influência da reversibilidade. Esse é um aspecto que afeta alguns dos eventos e caracteriza as transições mais recentes também no Nordeste, ao contribuir para que os jovens adultos se mantenham distribuídos entre modalidades de transição mais despadronizadas por mais tempo.

Em relação aos resultados de outros trabalhos para o contexto brasileiro, verifica-se no Nordeste a continuidade da tendência que Vieira (2009) observou para o Brasil entre 1980 e 2000, pois encontrou-se um perfil ainda mais padronizado nas idades da adolescência, seguido de maior complexidade na transição nas idades jovens e adultas, que passa a ser descrita por modalidades de transição mais numerosas.

No estado de São Paulo, os índices de entropia apresentaram variações nesse mesmo sentido, entre 1970 e 2000, mas atingiram valores em geral mais baixos em relação tanto ao Brasil no mesmo período (2000) (Vieira, 2009), quanto ao que se verificou para o Nordeste em 2010. Pode ser que o recorte para um estado em específico tenha, até certo ponto, homogeneizado a população em estudo, relativamente a recortes maiores como o Brasil ou o Nordeste. No entanto, a maior heterogeneidade na região também deriva de aspectos como a estrutura do mercado de trabalho, cujas características mais desfavoráveis podem levar a *timings* variados para os eventos da transição.

Os índices menores em recortes específicos ou até decrescentes em momentos mais dinâmicos também podem denotar essa influência do mercado de trabalho na transição para a vida adulta (Sposito, 2005; Camarano; Mello, 2006; Oliveira *et al.*, 2016). Nesse sentido, analisando o Brasil metropolitano, Oliveira *et al.* (2016) observaram, ao contrário, uma diminuição na heterogeneidade das transições juvenis no período entre 2003 e 2011. Tal resultado é explicado pelo contexto ao qual a análise de entropia foi aplicada: em um momento de crescimento econômico, com ampliação dos postos de trabalho e para um recorte metropolitano. Os autores verificaram a hipótese de que esse cenário favorecia o processo de transição, facilitando a entrada no mercado de trabalho e a saída da casa dos pais após a conclusão ou encerramento dos estudos. Os índices registrados para 2003,

que chegaram próximo de 90% da entropia máxima, sugerem que a diversidade de modalidades de transição poderia ser ainda maior, caso não tivesse havido o que os autores entenderam como um possível interstício na tendência de prolongamento da juventude (Oliveira *et al.*, 2016).

Assim, no contexto posterior, em que se tem um quadro no mercado de trabalho diferente do destacado por Oliveira *et al.* (2016), podem concorrer para a explicação do aumento da heterogeneidade mudanças que trazem novas possibilidades de combinação de *status* tanto socialmente possíveis quanto socioeconomicamente necessárias, influenciando as combinações de *status* a partir da interação da conjuntura macroeconômica com condições familiares e outras características do indivíduo, das quais algumas são consideradas na próxima seção.

Índice segundo raça/cor, situação de domicílio e renda

A desagregação por sexo se mostra necessária, dadas as modalidades de transição conforme desenhadas na metodologia, que incluem um quinto *status* (ter filho(s) ou não) para o caso das jovens, mas sabe-se que também importa diante das desigualdades de gênero que influenciam no processo de transição para a vida adulta. Isto é, a atribuição de atividades domésticas ou de cuidado, seja de familiares ou filhos, podem dificultar tanto a dedicação aos estudos quanto a busca por trabalho e autonomia ou a saída da casa dos pais.

Nesse mesmo sentido, outras desagregações podem ser feitas para considerar o efeito da raça/cor, situação do domicílio e nível de renda, que também podem repercutir nas possibilidades de transição. Isso permitirá visualizar como o índice de heterogeneidade varia conforme essas características, e como a passagem do século refletiu sobre esses diferenciais intrageracionais. O menor rendimento familiar pode estar associado à busca por trabalho mais cedo, que se desdobra em maior evasão escolar e ingresso precoce em ocupações de baixa qualidade ou na formação familiar, limitando as perspectivas de autonomia econômica ou mesmo residencial (Vieira, 2009; IBGE, 2023). De forma semelhante, entre urbano e rural as desigualdades se iniciam por diferenciais de acesso aos ensinos médio e, principalmente, superior, dificultando atingir escolaridades mais elevadas (IBGE, 2023) e contribuindo para um contexto de transições familiares mais precoces.

Os resultados por raça/cor (brancos ou pretos e pardos) mostraram diferenciais pequenos e decrescentes na formação de combinações de *status* ao longo do processo de transição para a vida adulta no Nordeste, e por isso não foi incluída a ilustração para análise em maior detalhe. Tendo em vista que o mesmo foi encontrado para o caso do estado de São Paulo em Censos anteriores, reforça-se o entendimento de que essa característica traz pouco impacto para a heterogeneidade nas transições para a vida adulta (Vieira, 2009).

Considerando os índices segundo a situação do domicílio (Figura 2), observam-se diferenciais maiores, indicando que as transições se iniciam mais cedo entre os jovens do meio rural, uma vez que os índices de entropia são maiores nas idades iniciais, mas atingem índices menores nas idades jovens e adultas, passando pela juventude com menor dispersão entre as diferentes modalidades de transição, e de maneira mais abreviada no caso das jovens. Isso está em acordo com a construção das identidades juvenis no rural, que se caracterizam pela necessidade de trabalhar cedo e pelas possibilidades mais limitadas em relação aos projetos de vida idealizados a partir do consumo cultural global (Reguillo, 2013; Sánchez; Jiménez; Barbosa, 2014; Tavares, 2017; Marcon; Almeida Neto, 2021).

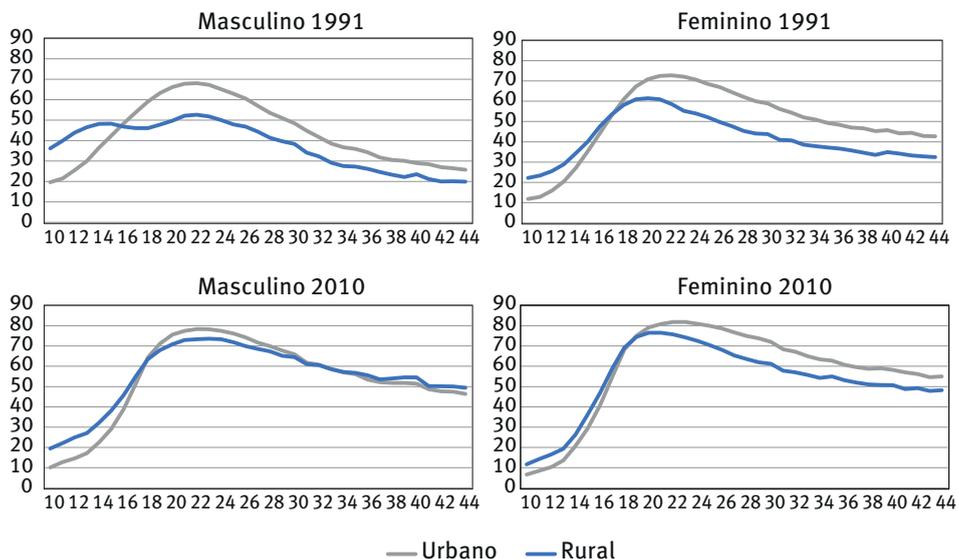
Apesar disso, ao menos no caso masculino, o ápice das curvas entre o urbano e o rural se dava na mesma idade, aos 22 anos. Já para as jovens, esse máximo situava-se aos 20 anos no rural e aos 22 no urbano, o que caracteriza uma transição mais tardia entre as mulheres do meio urbano, provavelmente em função das possibilidades mais amplas quanto à inclusão educacional ou profissional, que podem gerar maior capacidade de autonomia (Vieira, 2009; Sánchez; Jiménez; Barbosa, 2014).

Destaca-se, em 1991, o formato que os índices dão à curva masculina no rural, que apresenta duas cúspides. Analisando os momentos de cada transição a partir das frequências entre as modalidades, mais da metade desses jovens já se encontravam sem estudar aos 14 anos, e trabalhando aos 15, o que aloca esses eventos muito mais cedo em relação ao urbano (aos 18 e 19 anos, respectivamente). Já para os demais eventos (conjugal e residencial), a diferença observada entre o urbano e o rural se limita a um ano, ocorrendo por volta dos 25 anos.

Assim, a diminuição nos índices visualizada nesse meio tempo, em torno dos 17 anos, pode ser explicada pela distância que a mudança nos *status* educacional e ocupacional toma em relação às outras mudanças de *status*, gerando certa distinção entre os momentos de transição nos papéis socioeconômicos e familiares para os jovens do sexo masculino no rural. No caso das mulheres, não ocorre o mesmo, pois elas levam mais tempo até o encerramento dos estudos, ao mesmo tempo que adiantam as mudanças nos *status* conjugal, parental e residencial, especialmente no rural.

Já em 2010, para ambos os sexos, o processo de transição se torna mais similar entre o rural e o urbano, com os jovens se concentrando em modalidades de transição menos numerosas nas idades iniciais e mais diversas nas idades jovens e adultas, como observado a partir do índice geral. Nesse novo contexto, a máxima heterogeneidade passa a ser verificada um ano mais tarde no rural (masculino 23 anos e feminino 21 anos), ao passo que se mantém no urbano (ambos os sexos 22 anos), aproximando os recortes.

FIGURA 2
Índice (1) de heterogeneidade por sexo e situação de domicílio, segundo idade
Nordeste – 1991 e 2010



Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2010.
 (1) Índice em termos percentuais relativamente à entropia máxima (E_x/E_{max}).

A Figura 3, por sua vez, traz os índices de entropia por faixa de rendimento domiciliar *per capita*. Os resultados mostram que, no Nordeste, para os jovens que integram famílias de rendimento mais baixo, as transições ocorrem mais precocemente, atingindo o seu ápice mais cedo e resultando em índices de heterogeneidade relativamente menores nas idades seguintes. Embora as curvas para as diferentes faixas de renda se aproximem em 2010, permanecem sendo vistas diferenciais. Esse resultado mostra que a condição econômica da família afeta o processo de transição no Nordeste.

Assim, aplica-se a esse recorte o entendimento de que uma condição econômica melhor pode permitir certo apoio para que jovens de faixas de renda mais elevadas permaneçam concentrados entre estudantes dependentes por mais tempo, e posteriormente se dispersem relativamente mais entre diferentes modalidades de transição. Enquanto isso, os jovens de faixas de renda mais baixa têm a necessidade de contribuir ou desenvolver autonomia mais cedo, o que acelera as transições (Camarano; Mello, 2006; Vieira, 2009; Welters, 2009; Mello, 2015).

Um aspecto que chama atenção é a distinção por rendimento quanto ao início das transições para os jovens do sexo masculino em 1991, visualizando-se uma relação quase direta entre o rendimento familiar e a possibilidade de se concentrar no papel de estudante, ou, de outra forma, uma relação inversa entre o rendimento familiar e a proporção de jovens que já haviam passado por eventos de mudança em direção à vida adulta. Em 2010, no entanto, os índices de heterogeneidade para essas idades da infância e adolescência assumem valores muito mais próximos entre as faixas de rendimento e em um patamar mais baixo.

Isso sugere que a mudança já identificada a partir do índice geral, que indicava aumento da presença na escola entre meninos, aproximando-se mais das meninas, foi especialmente importante para aqueles nas faixas de rendimento mais baixo. Esse resultado, na análise por rendimento, reforça a justificativa de que a redução da heterogeneidade nessas idades reflete, em grande medida, o papel essencial do Bolsa Família, cujas “condicionalidades contribuíram para a redução das taxas de crianças fora da escola, tanto para meninos quanto para meninas, em todas as faixas entre os 6 e os 16 anos” (Campello, 2013, p. 19).

Embora a transição entre jovens de diferentes faixas de rendimento, em geral, tenha se aproximado em 2010, aqueles da faixa de renda mais alta (mais de 3 salários mínimos *per capita*) têm uma transição que se destaca das demais, descrevendo um processo paralelamente mais tardio, em que os índices vão chegando ao mesmo nível das demais em idades dois ou três anos mais tardias. Assim, enquanto para aqueles de renda mais baixa a multiplicação de combinações de *status* se encerra aos 21 ou 22 anos, para os de renda mais alta esse ápice é observado somente por volta dos 25 anos.

Para o sexo feminino, nota-se uma maior distinção por renda em 2010, e não somente para a faixa mais alta. Nas idades entre 15 e o início dos 20 anos, em que o índice de heterogeneidade cresce consideravelmente em função da intensidade das transformações de *status* da juventude, as jovens nas duas faixas de rendimento mais altas (acima de 1 salário mínimo *per capita*) têm suas transições descritas por curvas que se distanciam das demais. Seus índices crescem mais lentamente até a máxima heterogeneidade, que é registrada em idades mais elevadas.

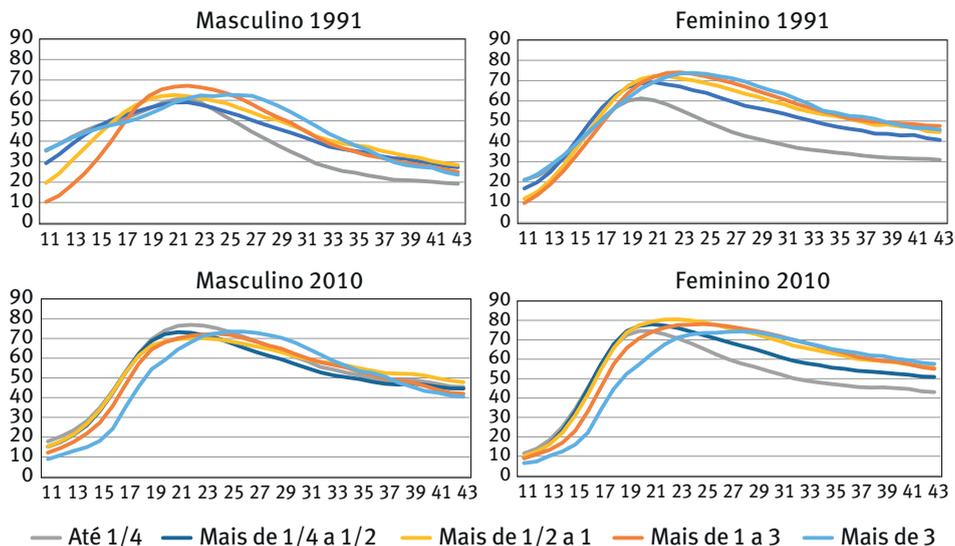
A Figura 3 ilustra que esse ápice pode ser visto aos 20 anos, entre as jovens em contexto familiar de menor rendimento, ou aos 28 anos, para aquelas em famílias com mais de 3 salários mínimos *per capita*, em uma escala que passa pelas idades de 21, 23 e 25 anos nas faixas de rendimento intermediárias. Assim, a idade em que o ápice da transição acontece, ponto a partir do qual a heterogeneidade volta a decrescer pelo acúmulo de mais marcadores adultos, mostra diferenças significativas para a duração da transição, em um comportamento crescente conforme o rendimento.

Portanto, os resultados considerando o rendimento denotam a complexidade que esse aspecto traz ao processo de transição, bem como a justificativa de que as mudanças quanto a esse processo, no nível de caracterizar o adiamento ou prolongamento mais claros, não ocorrem de maneira generalizada, sendo especialmente seletivas pela condição socioeconômica dos jovens da região Nordeste, o que foi destacado também a partir de outros contextos (Madeira, 2006; Vieira; 2009; Mello, 2015).

Em síntese, foi possível evidenciar a despadronização das experiências de transição para a vida adulta no Nordeste em todas as categorias no período analisado, junto à constatação de homogeneização dos adolescentes enquanto estudantes. E, nesse processo, os diferenciais observados em 1991 são suavizados em 2010. Tais diferenciais, ainda existentes, indicam que os jovens do sexo masculino, do rural ou de contextos de menor renda, têm avançado em direção a esse padrão de transições, especialmente quanto à

diminuição dos índices de heterogeneidade nas idades iniciais. Complementarmente, são tendências que se acentuam, mas que já se mostravam mais presentes, entre as jovens, no urbano e em contextos de maior renda.

FIGURA 3
Índice (1) de heterogeneidade, por sexo e faixa de rendimento *per capita*, segundo idade
Nordeste – 1991-2010



Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2010.
(1) Índice em termos percentuais relativamente à entropia máxima (E_x/E_{max}). As séries de valores foram suavizadas por média móvel de três pontos.

Índices reduzidos

Os índices reduzidos servem para denotar a importância relativa de cada *status* para a heterogeneidade observada ao longo das idades. Para lembrar, esses índices são recalculados com a exclusão de um evento por vez, observando como isso reflete na heterogeneidade. Desse modo, a partir da variação que a exclusão de cada evento gerou, isto é, avaliando a diferença entre os índices iniciais completos e os recalculados com a redução, obtêm-se os percentuais de mudança que constam na Figura 4.

As linhas pontilhadas adicionadas são parâmetros que ajudam na análise e consideram que, sendo quatro eventos na transição masculina, a exclusão de um deles deveria responder por uma variação de cerca de 25% no índice, no caso de uma contribuição equilibrada entre os eventos. Para o sexo feminino, em que se têm cinco eventos, esse percentual seria de 20%. Assim, percentuais de variação maiores apontam uma maior importância relativa do evento excluído na composição da heterogeneidade observada em determinada idade.

De início, nota-se que os elementos distintivos mais importantes que têm impacto maior sobre a heterogeneidade de modalidades de transição, e que em algumas idades

aparecem acima dos parâmetros antes mencionados, estão associados às mudanças de *status* educacional e ocupacional em ambos os sexos, e residencial entre os homens em 1991. O resultado está de acordo com a ideia de prioridade para a realização socioeconômica, referente à passagem de estudante para trabalhador, em detrimento da formação de novas famílias (Camarano; Mello, 2006; Bonnie; Stroud; Breiner, 2015).

A influência desses eventos na heterogeneidade é notada em diferentes idades. O *status* educacional mostra-se especialmente importante nas idades iniciais, pois para essas idades, não havendo a distinção entre as crianças/adolescentes que estudam ou não estudam, estes se apresentariam concentrados na modalidade de transição que ainda não passou por nenhum dos demais eventos, já que a mudança no *status* educacional é, em geral, uma das primeiras a ocorrer.

Ao longo das idades, sua importância relativa segue em uma queda gradativa, à medida que o curso de vida segue para outros eventos. O processo menos gradativo em 2010, culminando em percentuais elevados por volta dos 17-18 anos, pode estar relacionado ao encerramento dos estudos mais frequente ao final da educação básica, como já mencionado, portanto, um ponto em que a realização ou não da transição gera maior distinção.

Quanto ao *status* ocupacional, em 1991, passava a ser determinante principal da heterogeneidade da transição somente a partir dos 17 e 19 anos, nos sexos masculino e feminino, respectivamente. Mas, em 2010, isso passa a ser observado em praticamente todo o intervalo de idades, somente excetuando-se algumas idades em torno dos 16 anos no sexo feminino, em que os *status* educacional e conjugal contribuem mais para a heterogeneidade de modalidades de transição. Pontuada essa exceção, o crescimento dos percentuais de mudança atribuídos ao *status* ocupacional o levam a se situar acima da linha pontilhada em praticamente todas as idades, para ambos os sexos, apontando o seu papel na heterogeneidade crescente entre modalidades de transição para a vida adulta no Nordeste, entre 1991 e 2010.

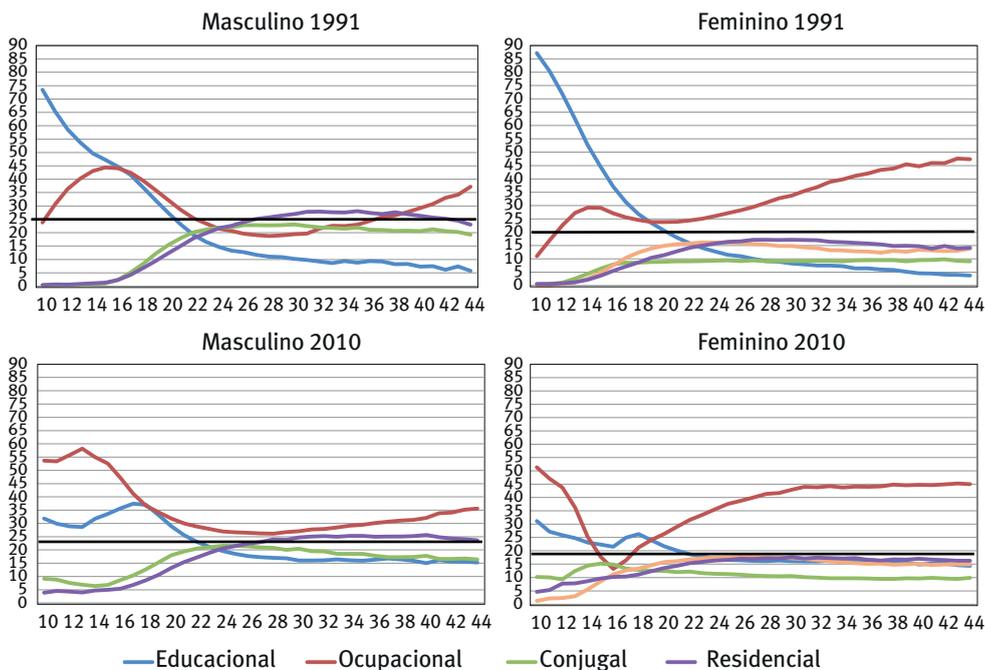
Assim, estar ou não trabalhando passou a gerar maior distinção quanto à realização das demais mudanças de *status*, associado a um contexto no qual a desocupação entre os jovens brasileiros decresceu (Cacciamali; Tatei, 2017). Mas a importância desse *status* também foi elevada em 1991, especialmente para o sexo feminino, refletindo as distinções nas transições a partir do crescimento da participação feminina no mercado de trabalho (Vieira, 2009).

A mudança no *status* residencial, por sua vez, apresentava variações levemente acima do limiar de 25% apenas para o sexo masculino, nas idades entre 28 e 42 anos em 1991, figurando como determinante principal da heterogeneidade por volta dos 30 anos. Em 2010 sua contribuição se reduz nessas idades, quando perde espaço para o *status* ocupacional, mas mantendo-se ainda como importante fonte de heterogeneidade, até o final do intervalo de idades apresentado. No caso feminino, esse evento não chega a ultrapassar os 20%, nem a se destacar como componente principal da heterogeneidade de transições, diante da preponderância do *status* ocupacional como fonte de heterogeneidade entre os jovens.

Ou seja, em 1991, os jovens do sexo masculino que não tinham alcançado a independência domiciliar nessas idades eram diferentes daqueles que o fizeram quanto aos demais *status*. Mas essa distinção diminuiu em 2010, no contexto da multiplicação de possibilidades de combinação. Já entre as mulheres, a maior homogeneidade quanto a esse aspecto, dada a concentração na situação de independência domiciliar associada aos eventos de formação familiar desde idades mais jovens, faz com que esse *status* não seja tão significativo para a produção de heterogeneidade entre elas como é para os homens (Vieira, 2009).

Em síntese, no Nordeste, as mudanças entre 1991 e 2010 confirmam que estar estudando é a característica responsável por tornar as experiências mais homogêneas nas idades iniciais, vista a diminuição da contribuição do *status* educacional. Enquanto isso, o *status* ocupacional ganha espaço como determinante da heterogeneidade mais elevada que se registra em 2010. Isso significa que, após o encerramento dos estudos, estar ou não inserido no mercado de trabalho gera diferenças quanto à realização das demais mudanças de *status*, em um processo que se acentua em 2010. Essa relação com as possibilidades de realização de outras transições, por sua vez, aponta a centralidade que a inserção na vida produtiva segue tendo no processo de transição para a vida adulta (Camarano; Mello, 2006; Bonnie; Stroud; Breiner, 2015), reafirmando-se como um condicionante importante para a continuidade desse processo.

FIGURA 4
 Variação percentual no índice de heterogeneidade com a exclusão dos *status* educacional, ocupacional, conjugal, parental ou residencial, por sexo, segundo idade
 Nordeste – 1991-2010



Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2010.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi caracterizar a transição para a vida adulta na região Nordeste, para verificar e discutir possíveis mudanças no sentido de adiamento, prolongamento ou diversificação nas modalidades de transição, além de destacar como diferentes situações juvenis, considerando distinções por sexo, raça/cor, situação de domicílio e rendimento *per capita*, interagem com essas mudanças, entre 1991 e 2010.

Viu-se que a padronização e a institucionalização, no sentido de aproximação entre indivíduos, e dos indivíduos em relação aos aspectos institucionais e normativos, ainda são uma tendência quando se olha para as idades do final da infância e adolescência, em que o papel do estudante se reforça. Esse resultado reflete o processo em andamento de busca pela universalização da educação básica e de ampliação e democratização do acesso à educação superior, por meio de políticas e programas diretos e indiretos voltados ao tema. Nesse contexto, é significativo verificar que isso ocorreu em todas as características consideradas, principalmente entre os jovens do sexo masculino no Nordeste. Permanecem, no entanto, diferenciais por situação de domicílio e nível de rendimento, pois combinações de *status* que incluem trabalho surgem mais cedo no rural e na faixa de rendimento mais baixo.

Passando às idades jovens e adultas, por outro lado, os resultados apontam maior indefinição e complexidade no processo de transição para a vida adulta. A partir dos 17 anos, para ambos os sexos, registraram-se índices de heterogeneidade maiores em 2010, mostrando que o número de combinações de *status* que descrevem a transição a partir dessa idade torna-se consideravelmente maior. Nota-se, então, certa despadronização na transição para a vida adulta no Nordeste, com as possibilidades mais numerosas ao longo de todo esse intervalo de idades (17 a 44 anos), indicando a flexibilização dos momentos para as mudanças de *status*.

Nessas idades, chamam atenção as diferenças nos ápices registrados para o sexo feminino. Apesar da complexidade que especialmente o rendimento adiciona à análise, ficam mais claros os diferenciais quanto à duração do processo de transição, mais curto para as jovens do meio rural e de faixas de rendimento mais baixo, enquanto se prolonga em um maior intervalo de idades no urbano e, principalmente, nas faixas de rendimento mais elevado.

Os resultados encontrados também permitiram reafirmar a relevância de considerar idades além dos 29 anos no estudo das juventudes, dado que se observou maior complexidade em função do número de modalidades de transição que passam a ser registradas nessas idades, indicando um processo mais lento na obtenção dos marcadores associados à vida adulta. Assim, olhando para o padrão geral dos 10 aos 44 anos, a idade de início da transição para a vida adulta ganha mais definição pelo aspecto educacional, mas o que marcaria o final desse processo vai se tornando menos claro.

Adicionalmente, também foram analisados os índices reduzidos, que permitiram observar a importância relativa de cada mudança de *status*, em que se destacaram o educacional e o ocupacional. Retomando as mudanças notadas no índice geral entre 1991 e 2010, no Nordeste, os índices reduzidos mostraram que o evento educacional responde pela menor heterogeneidade

no início do curso de vida, enquanto o ocupacional, ao se estabelecer como principal componente da heterogeneidade em praticamente todas as idades em 2010, certamente contribuiu para a maior heterogeneidade observada a partir do final da adolescência até as idades adultas, colocando-se como um condicionante importante para obtenção do *status* social de adulto na região.

Em relação à literatura, os resultados para o Nordeste permitiram pontuar muitas das mudanças que foram destacadas quanto à transição para a vida adulta. Viu-se o incremento do tempo dedicado à escola, inclusive aproximando as experiências juvenis pelo avanço entre aqueles menos presentes. Isto é, reduz-se o índice de heterogeneidade nas idades iniciais em todos os recortes juvenis, mas especialmente entre jovens do sexo masculino, do rural ou de faixas de menor rendimento. E viu-se também, em todos esses recortes, a tendência de diversificação nos modos de inserção social. Na medida em que essa despachonização se prolonga pelas idades, a duração do processo é afetada, mas com diferenciais em função da condição socioeconômica. Por fim, os achados ressaltaram a contribuição do *status* ocupacional na heterogeneidade crescente desse processo na região, que adere à discussão sobre a incerteza que ganha espaço na construção biográfica dos jovens, em que os desafios para os jovens no mundo do trabalho e a maior suscetibilidade a flutuações econômicas atuam sobre as possibilidades de transição para a vida adulta.

A partir dos resultados obtidos, o artigo oferece subsídios para o desenho de políticas mais sensíveis às intersecções de desigualdades regionais, socioeconômicas e de gênero. Programas voltados à permanência escolar, qualificação profissional e inclusão produtiva, especialmente para jovens mulheres de baixa renda com filhos, são estratégias fundamentais nesse contexto. Programas como o Projovem, o Pronatec e iniciativas de educação integral podem ser requalificados para responder melhor às demandas das juventudes rurais e periféricas. Ademais, ações voltadas à ampliação do acesso ao ensino superior, políticas habitacionais e proteção social adaptadas à juventude rural podem atenuar os efeitos das trajetórias de vulnerabilidade e promover a transição segura à vida adulta.

Ao reafirmar a necessidade de compreender a juventude como uma categoria social plural e relacional, este trabalho contribui para aprofundar o debate sobre as possibilidades e limites de inserção social das novas coortes de jovens em um cenário de transformações demográficas e instabilidade econômica. Espera-se ter contribuído ao avaliar a heterogeneidade de modalidades de transição para a vida adulta no Nordeste, destacando os aspectos conjunturais e estruturais que afetam a realidade social dos jovens na região.

Um último aspecto a mencionar, referente a uma limitação do trabalho, mas também a uma possibilidade de avanço, é o período de referência da análise, que se encerra em 2010 devido à indisponibilidade do Censo Demográfico de 2022 até o momento da produção desse estudo. Assim, embora tenha trazido apontamentos que aderem à discussão encontrada na literatura, já se distancia temporalmente do momento atual, e também por terem ocorrido novas mudanças econômicas, demográficas e sociais, inclusive em decorrência da pandemia de Covid-19. A escolha dos Censos Demográficos, contudo, deixa a possibilidade de reanalisar as mudanças na transição para a vida adulta nesse novo cenário, utilizando os microdados do Censo de 2022.

Referências

- BERCOVICH, A. **Onda jovem, mercado de trabalho e violência: um enfoque demográfico**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP, 2004.
- BONNIE, R. J.; STROUD, C.; BREINER, H. (Ed.). **Investing in the health and well-being of young adults**. Washington, DC: The National Academies Press, 2015.
- BRÜCKNER, H.; MAYER, K. U. De-standardization of the life course: what it might mean? And if it means anything, whether it actually took place? *In*: MACMILLAN, R. (Ed.). **The structure of the life course: standardized? Individualized? Differentiated?** *Advances in life course research*. Elsevier Ltd., v. 9, 2005. p. 27-53.
- CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. Impacto do desemprego e da informalidade sobre a empregabilidade e a renda futura do jovem. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, v. 16, p. 57-70, 2017.
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L.; ANDRADE, A. Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, v. 1, 2006. p. 259-290.
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. Transição para a vida adulta: mudanças por período e coorte. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, v. 1, 2006. p. 95-135.
- CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. Introdução. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, v. 1, 2006. p. 13-28.
- CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. *In*: CAMPELO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. p. 15-24.
- FUSSEL, E. Measuring the early adult life course in Mexico: an application of the entropy index. *In*: MACMILLAN, R. (Ed.). **The structure of the life course: standardized? Individualized? Differentiated?** *Advances in life course research*. Elsevier Ltd., v. 9, 2005. p. 91-122.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023**. Rio de Janeiro: Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2023.
- LECCARDI, C. Facing uncertainty - Temporality and biographies in the new century. **Young - Nordic Journal of Youth Research**, v. 13, n. 2, p. 123-146, 2005.
- LERCHUNDI, M. J. Violentos ou violentados? Jovens e detenções em Río Cuarto, Argentina. *In*: LABREA, V. V.; VOMMARO, P. (Org.). **Juventude, participação e desenvolvimento social na América Latina e Caribe**: Escola Regional Most/Unesco Brasil. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude; São Paulo: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2014. p. 170-186.
- MADEIRA, F. R. Educação e desigualdade no tempo de juventude. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, v. 1, 2006. p. 139-169.
- MARCIAL, R. Jóvenes contemporáneos: entre las nuevas tendencias y las viejas insistencias. *In*: MENEZES, J. A.; COSTA, M. R.; ARAÚJO, T. C. S. (Org.). **JUBRA: territórios interculturais de juventude**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. p. 21-36.
- MARCON, F.; ALMEIDA NETO, M. A. Geração como problema e achado empírico nos estudos sobre juventudes. *In*: MARCON, F.; NORONHA, D. P. (Org.). **Juventudes e desigualdades sociais em tempos de crise e radicalização política**. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. p. 241-267.

MELLO, J. L. **Jovens em mudança: padronização e despadronização da transição para a vida adulta no Brasil.** Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, E. L. **Transições: três aplicações a partir de dados das pesquisas domiciliares no Brasil.** Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

OLIVEIRA, T. D.; GOLGHER, A. B.; LOUREIRO, P. M. Trajetórias de local de moradia, estudo e trabalho dos jovens brasileiros entre 2003 e 2011: uma análise de entropia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 1, p. 31-52, jan./abr. 2016.

PAIS, J. M.; CAIRNS, D.; PAPPÁMIKAIL, L. Jovens europeus – retrato da diversidade. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 17, n. 2, 2005.

POZZER, J. A. Programas de formação para o trabalho: perspectiva de seus gestores sobre a problemática da inserção de jovens em Chaco e Corrientes (Argentina). In: LABREA, V. V.; VOMMARO, P. (Org.). **Juventude, participação e desenvolvimento social na América Latina e Caribe:** Escola Regional Most/Unesco Brasil. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude; São Paulo: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2014. p. 103-119.

REGUILLO, R. Jóvenes en la encrucijada contemporánea: en busca de un relato de futuro. **Debate Feminista**, v. 48, 2013.

ROCHA, E.; COSTA, J.; SILVA, C. B.; POSTRUMA, A.; CARUSO, L. A. Diferentes vulnerabilidades dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar. Dossiê juventude e trabalho. **Novos Estudos**, v. 39, n. 3, p. 545-562, set.-dez. 2020.

SÁNCHEZ, D.; JIMÉNEZ, C. S.; BARBOSA, Y. R. S. Juventudes rurais: oportunidades para a construção de novos projetos sociais na América Latina. In: LABREA, V. V.; VOMMARO, P. (Org.). **Juventude, participação e desenvolvimento social na América Latina e Caribe:** Escola Regional Most/Unesco Brasil. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude; São Paulo: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2014. p. 85-102.

SANTOS; G. P. G.; ANDRADE; F. R. B.; MACAMBIRA, J. Juventudes na sociedade contemporânea: uma discussão sobre políticas públicas e mercado de trabalho. In: MACAMBIRA, J.; ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A. **Mercado de trabalho: qualificação, emprego e políticas sociais.** Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), 2016.

SANTOS, M. M.; QUEIROZ, B. L.; VERONA, A. P. A. Transition to adulthood in Latin America: 1960s-2010s. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 38, p. 1-11, 2021.

SPOSITO, M. P. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas.** São Paulo: Ação Educativa, 2003.

TAVARES, M. A. Um olhar para a sociologia da juventude a partir dos conceitos de geração e moratória social. In: SILVA, T. A. A. (Org.). **As juventudes e seus diferentes sujeitos.** Recife: EDUFRPE, 2017. p. 21-43.

VIEIRA, J. M. **Transição para a vida adulta em São Paulo: cenários e tendências sócio-demográficas.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP, 2009.

VIEIRA, J. M. Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada ente 1970 e 2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 1, p. 27-48, jan./jun. 2008.

WEISHEIMER, N. As juventudes e seus sujeitos: trajetórias de estudos e categorias teórico-operacionais. In: SILVA, T. A. A. (Org.). **As juventudes e seus diferentes sujeitos.** Recife: EDUFRPE, 2017. p. 9-18.

WELTERS, A. **Os filhos de adolescentes e o mercado de trabalho: uma análise do perfil sócio-econômico, familiar e de gênero dos jovens entre 15 e 19 anos no Brasil em 2006.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas-SP, 2009.

Sobre as autoras

Antonia Jaine da Silva Pereira é doutora em Demografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDEM/UFRN). Bolsista de Extensão no País A no INCT Labplan (CNPq).

Silvana Nunes de Queiroz é doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora no Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (Urca) e nos programas de pós-graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU/Urca) e em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDEM/UFRN).

Endereço para correspondência

Antonia Jaine da Silva Pereira
Rua Cel. Antonio Luiz, 1161, Pimenta
63105-000 – Crato-CE, Brasil

Silvana Nunes de Queiroz
Rua Cel. Antonio Luiz, 1161, Pimenta
63105-000 – Crato-CE, Brasil

CRediT

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: Este estudo foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes), Código financeiro 001, via bolsa de doutorado.

Conflitos de interesse: As autoras certificam que não têm interesse pessoal, comercial, acadêmico, político ou financeiro que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Aprovação ética: As autoras certificam que o trabalho não inclui seres humanos ou animais.

Disponibilidade de dados e material: os conteúdos já estão disponíveis.

Contribuições dos autores:

Antonia Jaine da Silva Pereira: conceitualização; análise formal; metodologia; escrita – rascunho original; escrita – revisão e edição.

Silvana Nunes de Queiroz: conceitualização; supervisão; escrita – rascunho original; escrita – revisão e edição.

Editores: Bernardo Lanza Queiroz, Júlia Almeida Calazans e Maria Carolina Tomas

Abstract

Pathways to adulthood among young people in Northeast at the turn of the 20th to the 21st century

The literature on youth has identified a diversification in the ways of being young and transitioning to adulthood. In Brazil, structural inequalities play an important role in shaping this process. This article analyzes changes in these transitions between 1991 and 2010 in the Northeast, a region that continues to exhibit greater vulnerabilities than other parts of the country in terms of economic conditions, education, and labor market integration. The study evaluates the postponement, prolongation, and diversification of transition modalities, as well as their possible relationships with inequalities related to gender, race/color, household situation, and income level. An entropy analysis of synthetic cohorts is applied to microdata from the 1991 and 2010 Demographic Censuses. The results show that increased time dedicated to schooling leads to more homogeneous transitions at early ages, while in young adulthood there is a trend toward diversification in modes of social integration. This de-standardization affects the duration of the transition process, but in ways that vary depending on socioeconomic conditions. Furthermore, the contribution of occupational status to increasing heterogeneity is highlighted, emphasizing the role of uncertainty in the biographical trajectories of young people in the region.

Keywords: Transition to adulthood. Inequalities. Work. Education. Northeast.

Resumen

Modalidades de transición a la vida adulta entre los jóvenes del Nordeste en el cambio del siglo XX al XXI

La literatura sobre la juventud ha identificado una diversificación en las formas de ser joven y de realizar la transición a la vida adulta, y en Brasil, las desigualdades estructurales desempeñan un papel importante en este proceso. Este artículo analiza los cambios en dicho proceso entre 1991 y 2010 en el Nordeste, un territorio que sigue registrando mayores vulnerabilidades en comparación con otras regiones de Brasil en términos económicos, educativos y de inserción en el mercado laboral. Se evalúan el aplazamiento, la prolongación y la diversificación de las modalidades de transición, así como las posibles relaciones con desigualdades asociadas al sexo, la raza/color, la situación del hogar y el nivel de ingresos. Se aplica un análisis de entropía de cohortes sintéticas a los microdatos de los Censos Demográficos de 1991 y 2010. Los resultados muestran que el aumento del tiempo dedicado a la escuela hace que las transiciones sean más homogéneas en edades tempranas, mientras que en la adultez joven hay una tendencia hacia la diversificación en los modos de inserción social. Esta desestandarización afecta la duración del proceso, pero con diferencias según la condición socioeconómica. Además, se destaca la contribución del estatus ocupacional al aumento de la heterogeneidad, resaltando el elemento de incertidumbre en la construcción biográfica de los jóvenes en la región.

Palabras clave: Transición a la vida adulta. Desigualdades. Trabajo. Educación. Nordeste.

Recebido para publicação: 23/03/2025

Aceito para publicação: 10/07/2025